

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 114.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Agosto de 1971 — 4.ª - Feira

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quiesse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, berto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jaccmel, Márcio Baraniuk, Maurício Eruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Benhardt, Ovidio Franzino, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os srs. deputados: David Federmann, Igo Losso, João Mansur, Paulo Camarco e Pinto Dias (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob o n. 69-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns:

101-71 — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 14-71, a qual encaminha ante-projeto de lei que dá redação ao Artigo 9.º da Lei n. 6.206. — Agradeça-se.

60-71 — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 9-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Administração indireta e vinculada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES), o qual convertido em Lei tomou o n. 6.207. — Agradeça-se.

Sob os ns: 70 — 71 — 72 — 73 — 74 — 75 — 76 — 77 — 78 — 79 — 80 — 81 — 82 — 83 e 84-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei ns:

142-70 — Do Senhor Ex-Deputado Olívio Belich, que visa conceder uma pensão mensal no valor estipulado em Lei, a Francisco Disttefano Gracia, filho de Elpidio Disttefano Gracia, residente e domiciliado em São João do Triunfo. — A C.C.J.

213-70 — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à viúva Luiza Fragoso dos Santos — A C.C.J.

148-70 — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão concedida à Izaura Silva Ribeiro, viúva do Ex-Major Emiliano Ribeiro. — A C.C.J.

259-70 — Do Senhor Ex-Deputado José Alancar Furtado, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à Ana Santos Bello. — A C.C.J.

144-70 — Do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que visa a obrigatoriedade à prestação de que trata os Artigos ns: 1.º, 5.º e 9.º da Lei n. 6.120 às Classes de Fiscais Fazendários, Agentes Fazendários e outras. — A C.C.J.

312-70 — Do Senhor Ex-Deputado Túlio Vargas, que visa alterar a denominação do Município de Jataizinho para Jataí. — A C.C.J.

44-70 — Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que visa doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele município. — A C.C.J.

235-69 — Do Senhor Deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do município de Tapejara, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

210-69 — Do Senhor Ex-Deputado Roberto Wypych, que visa autorizar o Poder Executivo a adquirir a biblioteca jurídica de propriedade da viúva Manoel Linhares de Lacerda, para posteriormente, doá-la à Associação Paranaense do Ministério Público. — A C.C.J.

89-70 — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa a criação de uma Escola Normal, de grau secundário, na sede do município de Terra Roxa, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

59-69 — Do Senhor Ex-Deputado Sílvio Barros, que objetiva assegurar aos Deputados a prerrogativa de distribuir bolsas de estudo para o ensino médio e superior. — A C.C.J.

197-69 — Do Senhor Ex-Deputado Roberto Wypych, que visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com as Prefeituras Municipais de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Guaíra. — A C.C.J.

63-70 — Do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que visa criar na sede do Município de Engenheiro Beltrão, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos municípios de Quinta do Sol, Fenix e Barbosa Ferraz. — A C.C.J.

252-69 — Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que visa acrescentar ao artigo 88 da Lei n. 4.979, de 5 de dezembro de 1964, o (Sistema Estadual de Ensino). — A C.C.J.

95-70 — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que passa a integrar a 43a. Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, o Município de Palotina. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomei, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 236-70 e 82-71.

Requerimentos

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, contendo apêlo para que sejam tomadas providências no sentido de se executarem melhoramentos, com a maior brevidade possível, nas casas dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem, localizadas às margens das rodovias, as quais se encontram em precárias condições de habitação, objetivando assim, dar melhor amparo às famílias dos humildes servidores, bem como elevar o bom nome do nosso Estado no setor habitacional.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1971.

(a) Domicio Scaramella

Requerimentos

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e considerando que, face à nova legislação em vigor, compete ao INCHA a titulação das terras devolutas na faixa de fronteiras;

considerando que, no Estado do Paraná, as terras devolutas na faixa de fronteiras atingem grandes proporções de médios e pequenos proprietários rurais;

considerando que, face à nova legislação em vigor, compete ao INCRA a devolutas na faixa de fronteiras, sérios e graves problemas sociais e econômicos ter surgido à classe agrícola, refletindo na produtividade agrícola, pois os lavradores estão privados de financiamentos bancários pela ausência de documento aquisitivo de suas terras;

considerando que o Estado do Paraná, na zona fronteiriça, na faixa de sessenta e seis a cento e cinquenta quilômetros, em proporção quantitativa, possui os processos de titulação já concluído;

considerando finalmente que, face às disposições da legislação vigente, compete ao INCRA delegar poderes aos próprio Estados, para titulação de suas terras devolutas na faixa de fronteiras;

Requer, ouvido o Plenário, apelar ao Excelentíssimo Doutor José Moura Cavalcanti, Digníssimo Presidente da INCRA, no sentido de quesejam delegados poderes ao Estado do Paraná, autorizando a expedição de títulos de terras devolutas situadas na faixa de sessenta e seis a cento e cinquenta quilômetros da fronteira.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1971.

(a) Francisco Escorsin

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de número legal.

O SR. PRESIDENTE — Vemos proceder à Chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de número legal.

(É feita a chamada dos srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Verificada a existência de número legal, e não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 145-70, incluindo um Parágrafo à Lei n. 6.061, de 12 de dezembro de 1.969, que criou o Instituto Agrônômico do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 145-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Lei n. 6.061 de 16 de dezembro de 1.969, será acrescida do seguinte:

Parágrafo único — O Instituto Agrônômico do Paraná será localizado no município de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-6-71

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 249-70, de autoria do dep. Igo Twant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Beneficente de Guarapuava. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 21-71, de autoria do dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Associação Brasileira de Mulheres Médicas — Seção do Paraná, com sede e fóro nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 33-71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavai, uma Camioneta Rural Willys, como especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 89-71, de autoria do dep. Paulo Poli, fica acrescido ao artigo 131, da Lei n. 5.871 de 6 de novembro de 1.968, o Parágrafo que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.B. — com Substitutivo Geral. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado pelo substitutivo.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 8-70, de autoria do dep. Ivo Thomazoni, fica denominado Ginásio Estadual "Arthur da Costa e Silva", o atual Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. com Emenda Substitutiva. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 8-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo 1.º — O Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu, passa a denominar-se Ginásio Estadual "Arthur da Costa e Silva".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 1.970.

(a) **Ivo Thomazoni**

JUSTIFICATIVA:

A população do progressista Município de Cândido de Abreu sempre pretendeu homenagear o ilustre brasileiro Mal. Arthur da Costa e Silva ex-Presidente da República, e se oferecendo a oportunidade, nada mais justo do que pretender denominar o atual Ginásio Estadual com o nome daquele que em vida soube lutar pela preservação dos costumes da probidade administrativa, desenvolvendo uma ação voltada para os interesses das comunidades interioranas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

É legal e constitucional pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1.970.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Arnaldo Busato — Relator

Alencar Furtado, Antônio Lopes Júnior, Ivo Tomazoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Abrahão Miguel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n. 8-70

I — Tratam os autos do Projeto de lei denominando de "Arthur da Costa e Silva", o Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu.

II — Devidamente instruído e plenamente justificado pela imensidade cívica e patriótica do grande brasileiro cuja memória se pretende perpetuar, o Projeto de Lei em análise é legal e constitucional, tendo todas as condições para aprovação pelo ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa.

III — Entretanto, permitimo-nos apresentação de emenda aditiva ao mesmo, conforme se vê em anexo, porque entendemos deva ser salientada, na imposição do nome de "Arthur da Costa e Silva", naquela casa escolar, a condição de **Presidente da República Federativa do Brasil** porque foi naquele elevado cargo que o mesmo sacrificou sua vida em favor de nossa Pátria.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em... de maio de 1.971.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Acyr José — Relator

Pinto Dias, Arizone Araújo, Francisco Escorsin

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

EMENDA SUBSTITUTIVA ao Projeto de Lei n. 8-70

Art. 1.º — O Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu, passa a denominar-se "Ginásio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em... de maio de 1.971.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Acyr José — Relator

1a. **Discussão** — do Projeto de Lei n. 257-70, de autoria do dep. **Erondy Silvério**, que declara de Utilidade Pública, a Central de Voluntários do Paraná, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 257-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Voluntários do Paraná (CEVOPAR), com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de setembro de 1.970.

a) **Erondy Silvério**

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício, desta comarca, sob número 653 no livro "A", na forma da fotocópia anexa. Quanto a forma, pois, está conforme.

Por outra parte, os fins a que se destina mencionada Entidade, justificam, plenamente, a apresentação do presente plano de lei, o qual submetemos à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 257-70

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SUMULA: "Declara de Utilidade Pública a Central de Voluntários do Paraná".

P A R E C E R

1) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno.

2) A Entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública está com a sua situação jurídica perfeita, eis que seus estatutos estão registrados no cartório competente sob número 653, no livro "A".

Dos mesmos estatutos constam que os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração e referida Entidade presta, desinteressadamente, serviços à coletividade.

3) Verifica-se, pois, que a iniciativa não apresenta qualquer vício, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

4) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai, Igo Lasso, Arthur de Souza, Cândido Martins de

Oliveira, Armando Queiroz, Muggiati Filho

la. Discussão — do Projeto de Lei n. 237-70, de autoria do dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Maringá, para proceder a pavimentação, asfáltica do trecho entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 237-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Maringá para proceder aos serviços de pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a Avenida Brasil, da sede daquele Município e a Rodovia PR-13.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1970.

a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada que se pretende implantar os serviços de pavimentação asfáltica, colhe um intenso tráfego, visto que se trata de escoamento para a PR-13 que demanda a Campo Mourão.

Por sua importância e real necessidade, tal serviço é medida que se impõe.

Somente estas razões autoriza-nos a apresentar este plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê a indispensável guarida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 237-70

I — O Projeto de Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Maringá para pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a Avenida Brasil e a Rodovia PR-13.

II — Na justificativa, o autor do Projeto, Deputado Jorge Sato, diz da importância e necessidade da medida solicitada, visto que se trata de um trecho com intenso tráfego e é a via de escoamento para a PR-13, que demanda a Campo Mourão.

III — A matéria não fere nenhum dispositivo constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em de maio de 1971 /

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Emílio Carazzai

Igo Losso

Cândido M. de Oliveira

Armando Queiroz

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 237/70

1) — A iniciativa ora em exame foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua aprovação.

2) — Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe abordar, é realmente útil e louvável a iniciativa de seu autor. Dep. Jorge Sato, tendo em vista os melhoramentos que em referido trecho rodoviário se pretende implantar, o que aliás, está em consonância com o surto desenvolvimento de nosso Estado.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1971

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Borsari Netto — Relator

Gilberto Carvalho

Hélio Manfrinato

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 237/70

A propositura em estudo vem articulada e devidamente justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Firmar convênio segundo a Constituição, é da competência do Chefe do Poder Executivo, razão pela qual não encontramos qualquer impedimento de ordem financeira.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1971

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Paulo Poli

Maurício Fruet

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública

blica, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara. — Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

entre o bñ

PROJETO DE LEI N.º 103/71

ob 115 27
m 115 27
-ob 115 27
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.971

a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais com sede própria, doada pelo Comendador Umberto Scarpa, vem desde 27 de março de 1.949, daat em que foi fundada, prestando relevantes serviços de assistência à Maternidade e à Infância, na localidade de Pinhais, Município de Piraquara.

Para isso, anexamos o novo Estatuto da Entidade, bem como o Diário Oficial com a publicação da Ata.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de Utilidade Pública a referida Associação, para o que contamos com o apoio dos nobres deputados, com assento nesta Assembléia Legislativa.

ob 115 27

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 103/71

ob 115 27
Sumula: "Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, município de Piraquara".

P A R E C E R :

Pretende o Sr. deputado Leopoldo Jacomel que se declare de Utilidade Pública a A.P.M.I. de Pinhais, município de Piraquara.

Para tanto, instruiu o pedido com:

a) — cópia dos estatutos da Entidade.

b) — exemplar do Diário Oficial n.º 18.6.970, que publica extrato dos mesmos.

c) — prova de que a Entidade adquiriu personalidade jurídica, através de Reg. n.º 32.790, livro A n.º 1, no Cartório Loures desta Capital. Satisfeitas que estão estas condições legais, sou pela **aprovação.**

ob 115 27
Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

ob 115 27
Armando Queiroz — Relator

ob 115 27
Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido M. M. de Oliveira

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs: 236-70 e 82-71 e para o Projeto de Resolução n.º 10-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Presidente do Tr.

cra, no sentido de que sejam delegados poderes ao Estado do Paraná, autorizando a expedição de títulos de terras devolutas, situadas na faixa de sessenta e seis a cento e cinquenta quilômetros da fronteira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário dos Transportes, contendo apêlo no sentido de melhoramentos nas casas dos funcionários do D.E.R., localizadas às margens das rodovias. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 243-70;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 249-70, 21-71, 33-71, 89-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 8-70, 237-70, 257-70, 103-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 172-70, 236-70, 82-71 e de Resolução n.º 10-71.

Levanta-se a sessão.